

Gênero – Feminismo Radical Hoje

Uma maneira de descrever o problema da escrita feminista acadêmica é caracterizá-la como 'idealismo' no sentido que o termo 'ideologia' foi usado por Marx e Engels (1974). Transferir conceitos do seu contexto original para outro contexto, nesse caso, do materialismo histórico marxista para o feminismo, é algo que precisa ser feito com cuidado. Entretanto, parece haver uma semelhança entre o problema tratado por Marx e Engels no meio do século XIX e a tendência, na maior parte da escrita feminista acadêmica, de evitar desafiar a dominação masculina. Marx e Engels caracterizam uma crítica supostamente “revolucionária” que falhou em considerar a atividade de seres humanos na vida real e sua situação real dentro das relações de poder capitalistas, como uma batalha na “esfera do puro pensamento”. Fazendo isso, eles não estavam sugerindo que filósofos parem de pensar e comecem a agir. Na verdade, eles estavam argumentando que uma filosofia que se propunha a dar conta da condição humana, sem considerar as relações de poder na sociedade, não estava apenas sem contato com a realidade, seu esquecimento serve ao propósito. Esse propósito era negar a existência de relações de poder e disfarçá-las como algo neutro e universal. Assim, “idealismo” não significa trabalhar com ideias, em vez de fomentar a revolução no chão da fábrica ou nas trincheiras. Significa trabalhar com ideias que são separadas das relações sociais de dominação e falham em reconhecê-las. Como as relações de dominação combatidas pelo feminismo são as da supremacia masculina, obras feministas que falham em reconhecer isso são idealistas, nesse sentido.

Então, o problema do idealismo, no sentido no qual estou usando o termo, não é apenas um problema da separação entre ideias e realidade, mas do tipo de realidade que essas ideias ignoram estudadamente, isto é, a realidade da dominação. Meu uso do termo toma seu significado no contexto de uma crítica da ideologia. O idealismo é uma das formas que a ideologia toma. Embora Marx e Engels não façam essa distinção, ela é útil, pois mostra que a ideologia não é uma questão de ideias, que ela invade cada esfera da existência humana, incluindo o que é mais íntimo e comum. O idealismo é aquela forma da ideologia para a qual a academia tem especial inclinação. Refere-se à tendência do trabalho acadêmico de divorciar ideias do mundo do mundano. Essa tendência não é inevitável. Até o ponto em que ideias não reforcem relações de poder, elas não podem ser chamadas de “idealistas” nesse sentido, não importa o quão sejam esotéricas, abstratas ou distanciadas da experiência. Mas, como brincar com ideias é incessantemente fascinante por si mesmo, a desconexão só pode ser evitada através de um compromisso consciente e deliberado com uma estrutura moral e política que mantém a ligação entre ideias e aquilo para o que servem essas ideias. Conceitos como “gênero” falham em manter essa ligação.

De fato, o termo é sem sentido, tanto que, às vezes, é difícil entender exatamente o que é dito. Linda J. Poole, por exemplo, cita a seguinte afirmação de um texto sobre mulheres e relações internacionais: “A ideologia pode certamente destruir o desempenho organizacional, e a ideologia do gênero não é exceção”. O comentário de Poole sobre essa afirmação é: “Isso vindo de uma mulher que tem sido uma proponente ativa na questão da defesa do gênero!” (Poole, 1993: 134). Poole parece ter lido “ideologia do gênero” como “feminismo”. Seu comentário implica em que a autora da afirmação está renunciando a seu feminismo anterior, ao afirmar que a introdução de objetivos e valores feministas poderiam “destruir o desempenho organizacional”. Entretanto, “ideologia do gênero” poderia também significar a ideologia supremacista masculina, e a afirmação poderia significar que foram as ideologias que favoreceram os homens às custas das mulheres e que foram ineficientes em termos de desempenho organizacional. Por outro lado, não é provável que a ideologia supremacista masculina “destrua” alguma coisa já que as organizações já são estruturadas seguindo essa linha. Então, talvez Poole esteja certa no final das contas, e “ideologia do gênero” nesse contexto significa mesmo “feminismo”. O ponto, todavia, é que é simplesmente impossível decidir. A falta de sentido do termo “gênero” é uma consequência tanto do papel eufemístico que ele desempenha dentro do feminismo acadêmico (e na mídia, e em qualquer lugar onde a palavra “sexo” seria usada no lugar) e da incoerência de suas origens. O “gênero” amacia a dureza e a rigidez da “dominação masculina”. Ele fornece uma aparência de assunto a ser tratado, enquanto, ao mesmo tempo, permite que os problemas reais sejam evitados. Originalmente, “gênero” foi estabelecido em oposição a “sexo”, para ressaltar que as diferenças entre os sexos é construída socialmente, não natural. Mas, a distinção “sexo/gênero” não desafia a oposição “sociedade/natureza” – ela permanece integral dentro daquela distinção. Se “o social” é “gênero”, e “sexo” é algo diferente de “gênero”, então sexo é algo que não é social. Se não é social, então tudo o que sobra é a categoria residual do “natural” e “sexo” permanece tão “natural” quanto sempre foi. Como consequência, a distinção “sexo/gênero” não perturba e desestabiliza a oposição “sociedade/natureza”, mas reforça-a, porque é o mesmo tipo de distinção.

Argumentei em outro lugar que ele funciona como uma estratégia despolitizadora ao separar “diferenças sexuais” do domínio do social e localizá-las na “biologia”. Já que, como todos sabem, a biologia não causa diferenças sexuais, essa manobra permite que a construção social de “diferenças sexuais” permaneça não examinada. A substituição de “sexo” por “gênero” coloca o debate a dois graus de diferença das verdadeiras relações de poder desafiadas pelo feminismo. Ele impede a discussão sobre diferenças sexuais, tirando-as da esfera do social e alocando-as na “biologia”; e impedindo a discussão das diferenças sociais, ele impede a discussão sobre aquele sítio crucial para a investigação das relações de poder supremacistas masculinas – a manutenção das “diferenças” sexuais, conforme elas são constituídas atualmente, e a heterossexualidade compulsória como mecanismo para gerenciar o consentimento das mulheres na sua subordinação aos homens. (Thompson, 1991: 168-76; ver também Gatens, 1983). Mas, como o feminismo é uma política, já está interessado no nível de social, de moral e de político. Não há nenhuma necessidade para o “gênero”, já que o interesse feminista no sexo já é moral e político e, portanto, social, não um interesse “biológico”. O que quer que possa estar fora do social.

Jane Flax diz que “O avanço e resultado mais importante das teorias e práticas feministas é que a existência do gênero foi problematizada” (Flax, 1990: 21). Embora ela não diga o que é “gênero”, está claro que não é a dominação masculina. Ela vê a “dominância masculina” como meramente uma forma de “relações de gênero”, e como um obstáculo à adequada investigação dessas relações. A natureza das “relações de gênero” é “obscurecida” pela existência da dominância masculina, diz ela (pp. 22-4). Mas, isso é idealista no sentido descrito acima. (Também tem uma surpreendente semelhança com o relato da HWAG sobre “sexismo” discutido acima.) Isso extrai as “relações de gênero” das condições sociais de supremacia masculina, dentro das quais as relações entre os sexos são atualmente estruturadas, e propõe um “realmente real” das “relações de gênero”, fora dos únicos termos dentro dos quais elas são conhecíveis. Se “relações de gênero” não são aquelas com as quais estamos acostumadas no presente, o que são elas e como podemos conhecê-las? Pode ser que o que Flax quer dizer é que as relações entre os sexos não devem ser estruturadas em termos de dominância masculina, e que o feminismo precisa permitir essa possibilidade. Mas, a não ser que a dominação masculina possa ser identificada, ela não pode ser desafiada e combatida. Longe de “obscurecer” a natureza das relações dos sexos, identificar a dominação masculina elucida contra o que o feminismo está lutando. Só o foco do feminismo na problemática da dominação masculina permite-nos entender o que está em jogo. Em outra ocasião, Flax parece definir “gênero” em termos de qualquer local social em geral. Ela diz que há “pelo menos três dimensões” no “gênero”. A primeira dimensão é que “gênero” é “uma relação social” e “uma forma de poder [que] afeta nossas teorias e práticas da justiça”. Mas, as únicas categorias sociais nesse contexto de justiça são “raça e status econômico”. Ao longo de sua discussão, as outras duas dimensões do “gênero” – como “uma categoria de pensamento” e como “um elemento constituinte central no senso de si mesma de cada pessoa e... do que significa ser uma pessoa” – não há nenhuma menção aos dois sexos, mulher e homem. É só bem perto do fim da discussão, quando ela critica a ideia de “papéis sexuais” que é dada uma pista de que o “gênero” pode estar conectado com a existência dos dois sexos (pp. 25-6). Ela não menciona o fato de que a preocupação do feminismo com a justiça envolve antes de mais nada a justiça para as mulheres, incluindo mulheres localizadas dentro das hierarquias dominantes de raça e classe, mas primeiramente mulheres enquanto mulheres designadas para o papel subordinado na hierarquia de dominação do sexo. Em consequência, “gênero” significa mais “raça” e “classe” antes de significar “sexo”.

A definição de “gênero” em termos de qualquer local social é uma consequência de uma separação de seu referente original, “sexo”. Mas, essa aparente habilidade do “gênero” de se libertar do “sexo” deixa o “sexo” ainda imerso na biologia como sua única fonte de verdade. Como Ann Oakley argumentou (Oakley, 1972), a construção cultural que é o “gênero” é meramente superficial, uma questão de “preconceito” (p. 16), de “distorção” e “diferenças aparentes” (p. 103 – ênfase minha), “simplesmente... as crenças que as pessoas têm” (p. 189), algo que é “aprendido” (p. 173) e, portanto, pode ser desaprendido. A biologia, por outro lado, é “fundamental” (p. 46). A obra de Oakley é repleta de apelos à biologia. Para ser completamente precisa, deve-se dizer que ela apela à biologia apenas quando a biologia parece substanciar seu argumento de que não há diferenças importantes entre os sexos. Ela precisa argumentar contra a existência de diferenças sexuais, porque ela confunde “diferença” com desigualdade ou inferioridade. Ela quer demonstrar que mulheres não são “realmente” desiguais e inferiores aos homens, porque elas não são diferentes. Mas, sempre que é possível fazê-lo, é a biologia que é usada para demonstrar a verdade daquela falta de diferença.

Os proponentes do “gênero” lidam com essa contínua conexão subterrânea entre a biologia e a verdade, ao

tentar abandonar qualquer pretensão de verdade. Mas, o preço de tais tentativas sociais é a mesma incoerência com a qual a distinção “sexo/gênero” começou. “Gênero é (uma) representação”, diz Teresa de Lauretis (1987: 3). “O 'real' e o 'sexualmente fático' são construções fantasmáticas – ilusões de substância”, diz Judith Butler (1990: 146). Mas, palavras como “representação”, “fantasmática”, “ilusão” apenas têm significado em termos de seus opostos. Dizer que algo é uma representação é, ao mesmo tempo, dizer que há algo outro do qual aquilo é uma representação; dizer que algo é um fantasma implica em que há algo outro que é real; e dizer que algo é uma ilusão logicamente requer algo outro que é real. Em outras palavras, o que está implícito – que tudo é representação, fantasmática ou ilusão? Nesse caso, faria tanto sentido dizer que tudo é real, embora não fosse fazer mais sentido, já que o conceito de real também implica em um oposto. As palavras apenas ganham seu sentido a partir das distinções que ela fazem. Se nenhuma distinção é feita, por que usar essas palavras em vez de seus opostos? Mas, obviamente, uma distinção está sendo feita. É a mesma distinção que atormenta a separação entre “sexo” e “gênero” desde o início, a separação do “biológico” do “social”, e a caracterização do “social” como de alguma forma irreal. Mas, se há um irreal, há também um real. Já que é a biologia que é o outro da sociedade nesse discurso de “gênero”, é a biologia que é real em face da irrealidade que é a sociedade. Que é assim está claro, embora inadvertidamente, dito por de Lauretis quando ela diz que “gênero não é sexo, [que é] um estado de natureza” (de Lauretis, 1987: 5). Então, se “gênero” é uma representação, logo o que “gênero” não é (a saber, sexo, um estado de natureza) também não é uma representação, mas a realidade original da qual o “gênero” é uma representação.

Embora de Lauretis pareça não estar ciente dessas implicações, Judith Butler explicitamente tentou lidar com elas. Ela argumenta que gênero não está para cultura como sexo está para natureza; gênero é também [sic] o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície neutra politicamente, na qual a cultura atua... Essa produção do sexo como o pré-discursivo deve ser entendida como o efeito do aparato de construção cultural designada por gênero. (Butler, 1990: 7 – ênfase da autora)

Ao argumentar que “sexo” é ele mesmo um construto social e, portanto, nada natural ou biológico, no que concerne ao feminismo, Butler está perfeitamente certa. Mas, se esse é o caso, se sexo já é social, qual é o papel desempenhado pelo termo “gênero”? O que o uso do termo “gênero” acrescenta, que já não está contido em “sexo”, visto de uma perspectiva feminista? De acordo com Butler, “gênero” é um “aparato de construção social” que faz o “sexo” parecer “natural”. Mas, isso pode ser dito sem se recorrer ao “gênero”, a saber, “sexo é uma construção social a qual se apresenta como natural”. Dizer isso dessa forma é muito mais direto e desafiador à sabedoria convencional do que interpolar “gênero” entre sexo e sua construção social. É, no final das contas, o sexo que é o construto social, e não algo outro que não o sexo. Usar uma outra palavra, “gênero”, para o construto social implica em que sexo é algo outro que um construto social.

Butler está, pelo menos parcialmente, ciente desse problema. Ela diz: “Se o caráter imutável do sexo é contestado, talvez esse construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto gênero; de fato, talvez já fosse sempre o gênero, com a consequência de que a distinção entre sexo e gênero acaba não sendo uma distinção de verdade”. (p. 7). Mas, ela não dá o próximo passo no argumento e se desfaz da palavra “gênero”, para focar, em vez disso, no sexo e seus descontentes. Usar “sexo” e rejeitar “gênero” não se encaixaria em seu propósito, o qual é abrir um espaço teórico dentro do que ela chama de feminismo, para “aqueles 'incoerentes' ou 'descontentes' seres gendrados que parecem ser pessoas, mas falham em se conformar às normas gendradas da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas... [e cujas] persistência e proliferação... abrem dentro dos próprios termos daquela matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero” (p. 17). Os exemplos que ela menciona em seu texto de tais “desordens de gênero” são lésbicas, especialmente aquelas que “desestabilizam” e “deslocam” as normas heterossexuais de masculinidade e feminilidade através das representações de papéis “butch/femme” [lésbicas masculinas/femininas] (p. 123), o hermafrodita foucauldiano Herculine Barbine, a homossexualidade masculina (pp. 131-2), e drags e crossdressers (ambos masculinos, embora ela não diga isso) (p. 137). O termo “gênero” é perfeito para esse propósito apenas por causa de sua incoerência e idealismo. Porque ele não tem um significado definido, e porque ele é separado do único referente que faz qualquer sentido, a saber, o sexo, ele pode assumir absolutamente qualquer significado. É muito mais difícil interpretar “sexo” como “uma interpretação múltipla”, como “um artifício flexível”, como “um fenômeno mutável”, como “uma complexidade cuja totalidade é permanentemente adiada, nunca totalmente o que é em qualquer ponto do tempo”, como “fictiva”, “fantasmática” e “ilusória”. “Sexo” permanece ligado aos seus sentidos comuns de macho e fêmea, e desejo e atividade heterossexual. E assim muito próximo àqueles

lugares tradicionais da supremacia masculina.

Butler não está preocupada em identificar as maneiras pelas quais o sexo é construído sob condições supremacistas masculinas, com o objetivo de desafiar, resistir, recusar e mudar essas condições. Pelo contrário, ela vê tal empresa como impossível. “Não há nenhuma repudição radical a uma sexualidade construída culturalmente”, ela diz. Ela concorda com o que chama de “movimento pró-sexualidade dentro da teoria e prática feministas”, que “sexualidade é sempre construída dentro de termos de discurso e poder”. O máximo que podemos almejar alcançar através da “subversão” é “como reconhecer e 'fazer' a construção dentro da qual cada um inevitavelmente está”. A única opção política disponível envolvia “possibilidades de fazer o gênero [as quais] repetem e deslocam através da hipérbole, dissonância, confusão interna e proliferação os próprios construtos pelos quais elas são mobilizadas” (pp. 30-1).

Ela mesma não acredita na “invariabilidade” do “gênero”, já que ela hesita em admitir que “gênero” é “escolha”, e que é possível se engajar no “exercício da liberdade de gênero” (Butler, 1987: 131, 132). Mas, ela nunca examina o que está envolvido nessa questão da “escolha”. A boa qualidade da “escolha” é autoevidente, e quanto mais, melhor, porque permite maior liberdade. Mas, ela nunca pergunta para quem serve essa liberdade, e sua obra impede qualquer possibilidade de identificar algumas escolhas como ruins. Essa postura libertária permite que ela evite tratar das questões éticas levantadas pela exposição feminista do sexo como socialmente construído sob condições supremacistas masculinas. Embora ela mesma presumidamente não iria querer ter uma postura moralmente neutra em relação às piores formas de comportamento sexual masculino, em sua obra, tais males como abuso sexual masculino de crianças, estupro, assédio sexual, prostituição, pornografia não são nada além de “escolhas”. Ela, obviamente, não diz isso. Ela simplesmente evita discutir essas questões.

Martha Nussbaum conclui que o argumento de Butler “colabora para o mal”, por causa da ausência de uma instância explicitamente ética sobre questões de justiça social e dignidade humana, uma falta que deixa “um vazio no coração de [sua] noção de política” (Nussbaum, 1999: 9), e porque só pode recomendar a inatividade política em face de males sociais óbvios e urgentes (p. 12). Embora eu preferisse dizer que a obra de Butler é cúmplice da dominação, eu concordo com Nussbaum que o derrotismo político é uma consequência do esquema teórico de Butler. Ela insiste que, porque somos socialmente constituídos, não há quase nada que possamos fazer sobre estruturas sociais opressivas, a não ser reencená-las como paródia, enquanto continuamos a abraçá-las como nosso senso de identidade. Em seu mais recente trabalho, de acordo com Nussbaum, Butler argumenta que as identidades conferidas a nós pela opressão institucionalizada não só são inevitáveis e para além do alcance de qualquer resistência política, como também são algo bom: “porque um certo narcisismo toma conta de qualquer termo que confere existência, eu estou inclinada a abraçar os termos que me machucam porque eles me constituem socialmente” (citado na p. 9). Embora Nussbaum não mencione isso, Butler está bem certa em dizer que os prejuízos deixados pela dominação social constituem as identidades daqueles que sofrem a sujeição. Butler está errada é em sua insistência de que isso é irreparável e deve ser aceito ansiosamente, com prazer e alegria. À medida que meu desejo sexual, por exemplo, me motiva a machucar a mim e a outros, eu estou condenada a repeti-lo eternamente. Eu posso me recusar a agir sobre isso, e se isso significa que, então, eu estou, dessa forma, privada de prazer sexual imediato, que assim seja. Eu posso, na verdade, encontrar prazer em me privar da cumplicidade com algo que eu acho detestável, um prazer que pode não ter a excitação da degradação sexual, mas o qual fornece compensações em meu sentimento de que eu tenho controle da minha própria vida emocional. Nussbaum localiza o trabalho de Butler dentro do contexto de “uma nova tendência inquietante” na teoria feminista, uma tendência a qual demonstra um esquecimento marcado da “real situação de mulheres reais”, em favor de “publicações acadêmicas de obscuridade imponente e abstração desdenhosa” (p. 2). O termo “gênero” é central a essa tendência inquietante.

Há algumas teóricas feministas que usam a palavra “gênero” e que explicitamente rejeitam a separação entre “biologia” e “sociedade”, e não têm qualquer objeção em identificar a dominação masculina. Mas, o termo ainda gera confusão. Miriam M. Johnson usa “gênero” para se referir ao “status social de alguém enquanto macho ou fêmea”, enquanto reserva a palavra “sexo” para se referir a “atividade erótica genital (sexo na cama)” (Johnson, 1988: 202). Johnson faz a distinção entre “sexo” como atividade sexual e “gênero” como papel social, de modo a evitar o que ela vê como a tendência dominante de definir “gênero” em termos de “sexo”. Ela quer evitar a suposição de que as inequidades nas situações sociais das mulheres e homens são, de alguma maneira, causadas pela dicotomia macho dominante/fêmea submissa entre as sexualidades

masculina e feminina. Ela diz: “Usar a palavra sexo para descrever atividade sexual e a diferença entre machos e fêmeas mostra o grau em que o gênero é (con)fundido com o sexo” (p. 220). O problema com essa fusão, conforme vê Johnson, é que mulheres são definidas em termos de feminilidade, passividade e submissão, e homens em termos de masculinidade, dominância e agressão, porque é assim que acontece na cama. “Separar gênero de sexo”, diz ela, “ajuda a quebrar essa suposição”. Ela argumenta que a influência é ao contrário, que as sexualidades masculina e feminina são diferentes, porque os papéis sociais de mulheres e homens são diferentes e desiguais. Não quer dizer que a atividade sexual, definida dessa maneira, é definitiva do que se chama “gênero”. Pelo contrário, é o “gênero” definido como dominância masculina e submissão feminina, o que é refletido nas diferenças entre as sexualidades feminina e masculina.

Mas, embora ela esteja correta nisso, separar “sexo” de “gênero” meramente confunde a questão. Mais uma vez, se “gênero” se refere ao social, então “sexo” deve se referir a alguma coisa outra. Mas, sexo heterossexual é também social. É parte da definição social de feminino e masculino, não algo outro. A distinção permanece uma solução idealista, isto é, é uma distinção em pensamento, não nas reais relações sociais do poder masculino. Meramente dizer que algo não é de certa maneira não vai fazê-lo desaparecer. E existe o perigo de que fazer a distinção verbal irá mascarar a percepção feminista da realidade social corrente.

“Gênero” deve ser expugnado do vocabulário feminista, a não ser que seja confinado a seu contexto gramatical e linguístico original, palavras têm gênero, pessoas têm sexo em ambos os sentidos da palavra, no sentido de que há dois sexos, e no sentido de desejo e atividade sexual. Que eles sejam geralmente confundidos como Johnson apontou, é uma consequência da hegemonia heterossexual – a sexualidade acontece porque há dois sexos, isto é, sexo já é heterossexual. Substituir sexo por “gênero” compõe a confusão, porque se evade à necessidade de desembaralhá-los. Mais importante, porque na maioria dos seus usos, “gênero” não tem significado, pode tomar absolutamente qualquer significado, incluindo alguns anti-feministas. Ao ser separado de seu referente na linguagem comum, o “sexo”, ele flutua livremente em um espaço discursivo muito distanciado das reais relações sociais da supremacia masculina. Ele é politicamente inlocalizável. A frequência com que isso acontece dá margem à suspeita de que isso é o que se pretendia, desde o início.

THOMPSON, Denise. “Gender” In: *Radical Feminism Today*. Great Britain: SAGE Publications, 2001. p. 72-79.